

# **PRÉ-SAL PETRÓLEO S.A. - PPSA**

## **RELATÓRIO DE AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO DE 2015**



**Março/2015**

O presente relatório está dividido nas seguintes seções:

	<b>Pág.</b>
<b>I.</b> Introdução	03
<b>II.</b> Relatório dos Auditores Independentes	04 e 05
<b>III.</b> Extensão dos Trabalhos	06
<b>IV</b> Balanço Patrimonial	07 e 08
Ativo	07
Passivo	08
<b>V.</b> Demonstração de Resultado dos Exercícios	09
<b>VI.</b> Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	10
<b>VII.</b> Demonstração do Fluxo de Caixa	11
<b>VIII.</b> Demonstração do Valor Adicionado	12
<b>IX.</b> Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis	13 a 25

Campinas, 01 de março de 2016.

À  
**EMPRESA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS  
NATURAL S.A. - PRÉ-SAL PETRÓLEO S.A. PPSA**

Estivemos nas dependências da **EMPRESA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL S.A. - PRÉ-SAL PETRÓLEO S.A. PPSA**, realizando trabalhos de auditoria das Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Nossos exames foram efetuados de acordo com as normas brasileiras e internacionais de Auditoria, conseqüentemente, incluíram as provas dos registros contábeis e evidências que suportam os valores e as informações divulgados nas demonstrações contábeis, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

A seguir apresentamos nosso relatório em forma longa sobre as referidas Demonstrações Contábeis e que compreendem:

Balanco Patrimonial;  
Demonstração de Resultado do Exercício;  
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;  
Demonstração dos Fluxos de Caixa;  
Demonstração do Valor Adicionado;  
Notas explicativas às Demonstrações Contábeis; e

Estamos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.



## **STAFF AUDITORIA E ASSESSORIA EPP**

### **RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Aos

Acionistas, Administradores e Conselheiros da

**EMPRESA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS  
NATURAL S.A. - PRÉ-SAL PETRÓLEO S.A. PPSA**

Examinamos as demonstrações contábeis da **EMPRESA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL S.A. - PRÉ-SAL PETRÓLEO S.A. PPSA**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

#### **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis**

A Administração da companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

#### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento das exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações contábeis da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião



sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **EMPRESA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL S.A. - PRÉ-SAL PETRÓLEO S.A. PPSA**, em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações, os seus fluxos de caixa e o valor adicionado para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Campinas, 01 de março de 2016



CRC2SP023856/O-1 S "DF"

**ROBERTO ARAÚJO DE SOUZA**

CTCRC1SP242826/O-3 S "DF"

Sócio Responsável

**EMPRESA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS  
NATURAL S.A. - PRÉ-SAL PETRÓLEO S.A. PPSA  
CNPJ: 18.738.727/0001-36**

**BALANÇO PATRIMONIAL**

Levantado em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014  
Valores expressos em milhares de Reais

	<u>Notas</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
<b>Ativo circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	6	23.594	133
Contas a receber	7	126	-
Impostos a recuperar ou compensáveis	8	176	113
Adiantamentos a empregados		64	11
Despesas antecipadas		13	2
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>23.973</b>	<b>259</b>
Imobilizado	9	2.249	359
Intangível	9	2.931	-
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>5.180</b>	<b>359</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>29.153</b>	<b>618</b>

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis

**EMPRESA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS  
NATURAL S.A. - PRÉ-SAL PETRÓLEO S.A. PPSA  
CNPJ: 18.738.727/0001-36**

**BALANÇO PATRIMONIAL**

Levantado em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014  
Valores expressos em milhares de Reais

	<u>Notas</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
<b>Passivo circulante</b>			
Fornecedores	10	228	313
Honorários e encargos a pagar	11	561	195
Provisões para férias e 13º salário	13	1.342	1.655
Impostos e contribuições a recolher	12	1.115	1.344
Obrigações por cessão de pessoal	14	179	222
Outros		186	180
		-----	-----
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>3.611</b>	<b>3.909</b>
		-----	-----
<b>Patrimônio líquido</b>	16		
Capital subscrito		50.000	50.000
( - ) Capital a integralizar		(15.137)	(33.000)
Capital integralizado		34.863	17.000
		-----	-----
Prejuízo acumulado		(9.321)	(20.291)
		-----	-----
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>25.542</b>	<b>(3.291)</b>
		-----	-----
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>29.153</b>	<b>618</b>
		=====	=====

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis

**EMPRESA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS  
NATURAL S.A. - PRÉ-SAL PETRÓLEO S.A. PPSA  
CNPJ: 18.738.727/0001-36**

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS**

Levantado em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014

Valores expressos em milhares de Reais

	<u>Notas</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Receita Bruta de Serviços Prestados		50.126	-
<b>Deduções da Receita Bruta</b>			-
Tributos sobre Serviços Prestados		(4.336)	-
<b>Receita Operacional Líquida</b>		<b><u>45.790</u></b>	-
<b>Custos dos serviços prestados</b>			
Pessoal e Encargos Sociais		(13.085)	-
Materiais e Produtos		(1)	-
Serviços de Terceiros		(1.257)	-
Utilidades e Serviços		(49)	-
Outros Dispêndios Correntes		(167)	-
Depreciação e Amortização		(445)	-
		<b>(15.004)</b>	-
<b>Resultado Operacional Bruto</b>		<b><u>30.786</u></b>	-
<b>Despesas Operacionais</b>			
Pessoal e Encargos Sociais		(8.897)	(15.897)
Materiais e Produtos		(19)	(35)
Serviços de Terceiros		(4.457)	(4.242)
Utilidades e Serviços		(162)	(68)
Tributos e Encargos Parafiscais		(100)	(53)
Outros Dispêndios Correntes		(2.282)	-
Depreciação e Amortização			(19)
		<b>(15.917)</b>	<b>(20.314)</b>
<b>Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro</b>		<b><u>14.869</u></b>	<b><u>(20.314)</u></b>
Despesas Financeiras		(42)	(63)
Receitas Financeiras		2.383	903
	19	<b>2.341</b>	<b>840</b>
<b>Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e CSLL</b>		<b><u>17.210</u></b>	<b><u>(19.474)</u></b>
Despesa com provisões de IRPJ e CSLL	20	(6.240)	(283)
<b>Lucro (prejuízo) líquido do exercício</b>		<b><u>10.970</u></b>	<b><u>(19.757)</u></b>
Lucro (prejuízo) por lote de mil ações		<u>0,22</u>	<u>(0,40)</u>

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis

**EMPRESA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL S.A. - PRÉ-SAL PETRÓLEO  
S.A. PPSA  
CNPJ: 18.738.727/0001-36**

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
Levantado em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014  
Valores expressos em milhares de Reais

		Capital social		Prejuízo acumulado	Total
	Notas	Capital subscrito	(-) Capital a integralizar		
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>		50.000	(35.000)	(534)	14.466
Integralização de capital	16	-	2.000		2.000
Prejuízo do período		-	-	(19.757)	(19.757)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>		<u>50.000</u>	<u>(33.000)</u>	<u>(20.291)</u>	<u>(3.291)</u>
Integralização de capital	16	-	17.863		17.863
Lucro do período		-	-	10.970	10.970
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>		<u>50.000</u>	<u>(15.137)</u>	<u>(9.321)</u>	<u>25.542</u>

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis

**EMPRESA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS  
NATURAL S.A. - PRÉ-SAL PETRÓLEO S.A. PPSA  
CNPJ: 18.738.727/0001-36**

**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA**

Levantado em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014  
Valores expressos em milhares de Reais

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Lucro (prejuízo) do exercício	10.970	(19.757)
<b>Ajustes de receitas e despesas não envolvendo caixa</b>		
Depreciação e amortização	445	19
	<u>11.415</u>	<u>(19.738)</u>
<b>Redução (aumento) nos ativos operacionais</b>		
Contas a receber	(126)	
Impostos a recuperar ou compensáveis	(63)	(97)
Adiantamentos a empregados	(53)	(11)
Despesas antecipadas	(11)	(2)
	<u>(253)</u>	<u>(110)</u>
<b>Aumento (redução) nos passivos operacionais</b>		
Fornecedores	(85)	313
Honorários a pagar	366	(206)
Provisões para férias e 13º salário	(313)	1.584
Impostos e contribuições a recolher	(229)	1.065
Obrigações por cessão de pessoal	(43)	222
Outros	6	175
	<u>(298)</u>	<u>3.153</u>
<b>Caixa líquido gerados (aplicados) nas atividades operacionais</b>	<u>10.864</u>	<u>(16.695)</u>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		
Aquisição de imobilizado	(2.249)	(378)
Aquisição de intangível	(3.017)	
<b>Caixa líquido gerados (aplicados) nas atividades de investimentos</b>	<u>(5.266)</u>	<u>(378)</u>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>		
Integralização de capital	17.863	2.000
<b>Caixa líquido gerados (aplicados) nas atividades de financiamento</b>	<u>17.863</u>	<u>2.000</u>
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa</b>	<u>23.461</u>	<u>(15.073)</u>
<b>Demonstração da variação líquida</b>		
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	133	15.206
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	23.594	133
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>23.461</u>	<u>(15.073)</u>

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis

**EMPRESA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS  
NATURAL S.A. - PRÉ-SAL PETRÓLEO S.A. PPSA  
CNPJ: 18.738.727/0001-36**

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO**

Levantado em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014  
Valores expressos milhares de Reais

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
<b>Receitas</b>	<b>50.126</b>	<b>0</b>
Faturamento	50.126	0
<b>Insumos</b>	<b>(5.218)</b>	<b>(2.052)</b>
Materiais, utilidades, serviços de terceiros e outros	(5.218)	(2.052)
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>44.908</b>	<b>(2.052)</b>
Depreciação e amortização	(445)	(19)
<b>Valor adicionado líquido produzido</b>	<b>44.463</b>	<b>(2.071)</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>		
Receitas financeiras	2.383	903
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b><u>46.846</u></b>	<b><u>(1.168)</u></b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		
<b>Pessoal</b>	<b>(18.824)</b>	<b>(13.383)</b>
Remuneração direta	(17.249)	(12.547)
Benefícios	(529)	(92)
FGTS	(1.046)	(744)
<b>Governos (Impostos, taxas e contribuições)</b>	<b>(14.145)</b>	<b>(2.860)</b>
Federais (inclui a contribuição previdenciária)	(11.549)	(2.808)
Estaduais (inclui IPVA)	(12)	(0)
Municipais	(2.584)	(52)
<b>Remuneração do capital de terceiros</b>	<b>(2.907)</b>	<b>(2.346)</b>
Juros	(33)	(62)
Alugueis	(2.863)	(2.280)
Outras	(11)	(4)
<b>Remuneração dos capitais próprios</b>	<b>(10.970)</b>	<b>19.757</b>
Lucro (prejuízo) do exercício	(10.970)	19.757
<b>Valor adicionado total distribuído</b>	<b><u>(46.846)</u></b>	<b><u>1.168</u></b>

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis

**EMPRESA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS  
NATURAL S.A. - PRÉ-SAL PETRÓLEO S.A. PPSA  
CNPJ: 18.738.727/0001-36**

**Notas Explicativas às demonstrações contábeis em 31 de  
dezembro de 2015 e 2014**

(Valores expressos em milhares de Reais)

**1. Contexto operacional**

A Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. – Pré-Sal Petróleo S.A – PPSA (“PPSA” ou “Empresa”), com Escritório Central situado na Avenida Rio Branco, 1 – 4º pavimento, Centro – Rio de Janeiro é uma empresa pública de direito privado, criada pelo Decreto nº. 8.063, de 1º de agosto de 2013, em conformidade com o disposto na Lei nº 12.304, de 2 de agosto de 2010, organizada sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, vinculada ao Ministério de Minas e Energia (“MME”), com prazo de duração indeterminado.

A PPSA tem como atividades principais a gestão dos contratos de partilha de produção celebrados pelo MME e a gestão dos contratos para a comercialização de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos da União, tendo por finalidade maximizar o resultado econômico destes contratos, observando as melhores práticas da indústria do petróleo.

A PPSA ainda representará a União nos procedimentos de individualização da produção e nos acordos decorrentes, nos casos em que jazidas da área do pré-sal e de áreas estratégicas se estendam por áreas não concedidas ou não contratadas sob o regime de partilha da produção.

No tocante à remuneração da PPSA pela gestão dos contratos de partilha de produção, foi firmado em 30 de novembro de 2015 o Contrato de Remuneração pela Gestão de Contratos e Representação da União, onde foram pactuadas as condições mediante as quais a Empresa será remunerada pela prestação dos serviços enunciados em seu objeto social.

Além desta remuneração, a cada leilão de área no polígono do pré-sal, por decisão específica do Conselho Nacional de Política Energética (“CNPE”), a PPSA poderá ser contemplada com parte do bônus de assinatura estabelecido na licitação ou contratação direta, cujo pagamento cabe a quem estiver recebendo o direito de atuar na respectiva área. No primeiro semestre de 2015 a Empresa recebeu os R\$ 50 milhões alusivos ao Bônus de Libra.

## **2. Base de Preparação**

A PPSA declara que está adotando as Leis de nº 11.638, de 28 dezembro de 2007 e nº 11.941, de 27 de maio de 2009, e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. As políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

### **a) Declaração de conformidade**

As demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidos pelo CPC.

Em 13 de março de 2015 a Diretoria Executiva da PPSA aprovou as demonstrações contábeis de 2014, reportadas pela Diretoria de Administração, Controle e Finanças, e decidiu pelo seu encaminhamento à deliberação e parecer dos Conselhos de Administração e Fiscal, cuja aprovação se deu em 20 de março de 2015 e 23 de março de 2015, respectivamente. Em Assembleia Geral Ordinária ocorrida em 23 de abril de 2015 as demonstrações contábeis foram aprovadas pelo acionista controlador.

As demonstrações contábeis de 2015 deverão ser apreciadas pela Diretoria Executiva em 8 de março de 2016 e encaminhadas à deliberação e parecer dos Conselhos de Administração e Fiscal previstos, respectivamente, para os dias 18 e 22 de março de 2016, com vistas à realização da Assembleia Geral Ordinária no dia 26 de abril de 2016.

### **b) Moeda funcional e moeda de apresentação**

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Empresa atua (moeda funcional). As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da PPSA, e também a sua moeda de apresentação. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### **c) Uso de estimativas e julgamentos**

Na preparação das demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

A seguir estão apresentados o principal julgamento e a estimativa contábil utilizados pela Administração da PPSA:

#### **d) Reconhecimento da Receita**

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Empresa. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos.

A Empresa reconhece a receita quando: **(i)** o valor da receita pode ser mensurada com segurança; **(ii)** é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Empresa e **(iii)** quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Empresa.

#### **e) Base de mensuração**

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Empresa usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

**Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

**Nível 2:** são informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta (preço) ou indiretamente (derivado de preço), exceto preços cotados incluídos no Nível 1.

**Nível 3:** são dados não observáveis para o ativo ou passivo.

A Empresa reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo ao final do período das demonstrações contábeis em que ocorrem as mudanças.

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

### **3. Principais políticas contábeis**

#### **a) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor.

#### **b) Contas a receber**

Contas a receber de curto prazo relativo a contrato de prestação de serviços, cujos serviços já tenham recebido aceite.

#### **c) Impostos a Recuperar**

Impostos a recuperar originaram-se de retenções na fonte oriundas de aplicações financeiras realizadas em aplicações em renda fixa no mercado nacional.

#### **d) Imobilizado**

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis aos bens necessários para uso da administração.

O valor contábil das peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos.

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos serão revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

#### **e) Provisões**

As provisões são reconhecidas quando existe obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação.

#### **f) Tributação sobre a renda**

##### **Tributos correntes**

A provisão para tributos sobre a renda está baseada no regime de tributação com base no lucro presumido.

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido da Empresa no Brasil são calculados da seguinte forma:

- i) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ):** à alíquota de 15%, acrescida da alíquota de 10% para o montante de lucro tributável que exceder o valor de R\$ 240 mil;
- ii) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL):** à alíquota de 9%.

A despesa de imposto de renda e contribuição social correntes é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros.

### **Impostos diferidos**

No exercício de 2015 a Administração da Empresa manteve a opção pelo regime de tributação pelo lucro presumido, não apresentando, portanto, impostos diferidos.

A Empresa possui prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, relativos ao exercício de 2013, que poderão ser compensados de suas bases tributárias em períodos subsequentes.

### **g) Instrumentos financeiros**

Os ativos financeiros mantidos pela Empresa são classificados como ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

#### **Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado**

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente, no curto prazo. Os instrumentos financeiros derivativos também são classificados nessa categoria. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante. Os saldos referentes aos ganhos ou às perdas decorrentes das operações não liquidadas são classificados no ativo ou no passivo circulante, sendo as variações no valor justo registradas, respectivamente, nas contas "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras".

Em 31 de dezembro de 2015 a PPSA não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos.

#### **h) Demais ativos e passivos (circulantes)**

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Empresa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

#### **4. Demonstração dos fluxos de caixa**

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada e apresentada de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 03 “Demonstrações dos fluxos de caixa”, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

#### **5. Novos pronunciamentos emitidos pelo IASB**

As práticas contábeis adotadas para a elaboração e divulgação das demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 são consistentes.

As normas e interpretações emitidas, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações contábeis da Empresa são abaixo apresentadas.

- (a) CPC 38 (R1)/ IFRS 9:** O CPC 38 (R1) ainda não foi emitido no Brasil. O correspondente internacional, IFRS 9, já foi emitido e encerra a primeira parte do projeto de substituição da IAS 39 “Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração”. O IFRS 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, baseada na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos

financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. O CPC 38 (R1)/ IFRS 9 traz também alterações nos CPC 39 e CPC 40 (IAS 32 e IFRS 7). Esta norma passa a vigorar para os exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2015;

**(b) Tributos IFRIC 21:** Passou a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2014, com o objetivo de estabelecer o momento de reconhecimento de um passivo decorrente da obrigação de pagamento de tributos, em consonância com a legislação vigente. Na sua interpretação define tributos e especifica que o fato gerador da obrigação é a atividade que resulta em pagamento do tributo.

Da mesma forma, esclarece que o aproveitamento de uma vantagem econômica não implica em uma obrigação presente para pagamento de tributo, dado que o fato gerador somente ocorrerá em uma operação futura.

A Empresa não espera impactos significativos sobre as demonstrações contábeis na adoção inicial dos novos pronunciamentos e interpretações. O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações relacionadas às IFRSs novas e revisadas apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso do CPC e de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC até a data de sua aplicação obrigatória.

## 6. Caixa e equivalentes de caixa

<b>Descrição</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Banco conta movimento	15	5
Aplicações financeiras	23.579	128
<b>Total</b>	<b>23.594</b>	<b>133</b>

As aplicações financeiras são mantidas junto ao Banco do Brasil S.A., no fundo BB Extramercado FAE Fundo de Investimento de Renda Fixa, nos termos da legislação específica para as Sociedades de Economia Mista sob controle federal, emanada do Decreto-lei nº 1.290, de 03 de dezembro de 1973, com as alterações decorrentes da Resolução nº 3.284, de 25 de maio de 2005, do Banco Central do Brasil, que estabeleceu mecanismos para as aplicações das empresas integrantes da Administração Federal Indireta.

## 7. Contas a receber

O contrato de remuneração pela gestão dos contratos de partilha de produção foi firmado em 30 de novembro de 2015 com o MME. Neste instrumento foram pactuadas as condições mediante as quais a Empresa será remunerada pela prestação dos serviços enunciados em seu objeto social. O valor relativo a contas a receber em 31 de dezembro de 2015 refere-se a serviços prestados no âmbito deste contrato.

## 8. Impostos a recuperar ou compensáveis

<b>Descrição</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Imposto de renda retido na fonte – IRRF	49	33
IRPJ a recuperar ou compensáveis	127	80
<b>Total</b>	<b>176</b>	<b>113</b>

## 9. Imobilizado e Intangível

<b>Descrição</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
<b>Imobilizado</b>		
Equipamentos de informática	2.520	378
Benfeitorias	103	-
Máquinas e equipamentos	4	-
Depreciação Acumulada	-378	-19
<b>Total</b>	<b>2.249</b>	<b>359</b>

<b>Descrição</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
<b>Intangível</b>		
Softwares	3.017	-
Amortização Acumulada	-86	-
<b>Total</b>	<b>2.931</b>	<b>-</b>

Os equipamentos de informática e softwares estão sendo depreciados e/ou amortizados à taxa de 20% ao ano.

## 10. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são reconhecidas pelo valor justo. Na rubrica de Fornecedores estão apropriadas as obrigações com as compras de insumos e de Ativo Imobilizado e Intangível, além das obrigações por serviços prestados por fornecedores nacionais.

<b>Descrição</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Hewlett Packard Brasil Ltda	-	78
Light Serviços de Eletricidade SA	18	8
Industec Com e Serv de Equipamentos Ltda	73	32
Domínio Contabilidade Ltda.	17	38
Telelok Central de Locações e Com Ltda.	11	17
Investiplan Comp e Sist de Refrigeração	6	47
Microware Tecnologia		15
PLC 21 Refrigeração		3
Imprensa Nacional	1	-
Algar Multimídia AS	5	5
Accenture do Brasil Ltda.	46	70
Algar Telecom S/A	1	-
Epodonto Comercio e Serviços Ltda.	3	-
Webjuridico Serviços de Informações	11	-
Living Recursos Humanos Ltda.	36	-
<b>Total</b>	<b>228</b>	<b>313</b>

## 11. Honorários a pagar

Os valores a pagar são referentes a provisão e respectivos encargos sociais para férias da Diretoria Executiva e Conselhos de Administração e Fiscal, obedecendo à verba aprovada na Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 23 de abril de 2015.

<b>Descrição</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Honorários da Diretoria	561	106
Honorários do Conselho de Administração	-	56
Honorários do Conselho fiscal	-	33
<b>Total</b>	<b>561</b>	<b>195</b>

## 12. Impostos e contribuições a recolher

<b>Descrição</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Tributos retidos na fonte (IRRF, PIS, COFINS e ISS)	533	691
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	78	
INSS retido de terceiros	-	6
INSS a recolher	366	537
FGTS a recolher	138	110
<b>Total</b>	<b>1.115</b>	<b>1.344</b>

## 13. Provisão para férias e 13º salário

<b>Descrição</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Provisão de férias	1.342	1.499
Provisão de gratificação natalina	-	156
<b>Total</b>	<b>1.342</b>	<b>1.655</b>

## 14. Obrigações por cessão de pessoal

<b>Descrição</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Advocacia Geral da União - AGU	74	90
Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP	20	44
Caixa Econômica Federal - CEF	85	88
<b>Total</b>	<b>179</b>	<b>222</b>

## 15. Remuneração dos administradores (Pessoas-Chave)

Conforme registrado na Ata da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 23 de abril de 2015, foi estabelecido em R\$ 7.277 mil o montante da remuneração global a ser paga a diretores e conselheiros, no período de abril de 2015 a março de 2016. Novo limite para os doze meses subsequentes será objeto de deliberação na próxima AGE, cuja realização é prevista para o dia 26 de abril de 2016.

A maior e a menor remuneração estabelecidas para o período vigente são, respectivamente, de R\$ 73.032,62 e de R\$ 7.050,46.

O detalhamento das despesas com honorários encontra-se na Nota Explicativa nº 17.

Não existem saldos ou transações com partes relacionadas.

## **16. Patrimônio líquido**

### **a) Capital social**

O capital social subscrito da PPSA, conforme Artigo 3º do Decreto nº 8.063/2013, é de R\$ 50 milhões, representado por 50.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, tendo sido integralizados em 12/11/2013, 27/08/2014, 20/10/2015 e 21/12/2015 pela União, acionista detentora de 100% do capital social, os valores de R\$ 15 milhões, R\$ 2 milhões, R\$ 14,8 milhões e R\$ 3 milhões respectivamente.

<b>b) Detalhamento</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Capital	50.000	50.000
(-) Capital a integralizar	-15.137	-33.000
Lucro (prejuízos acumulados)	-9.321	-20.291
<b>Total</b>	<b>25.542</b>	<b>-3.291</b>

### **c) Distribuição de dividendos**

O estatuto social da PPSA, capítulo IX, Artigo 47, inciso II, estabelece um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido ajustado para pagamento de remuneração ao seu acionista.

A empresa apurou lucro líquido no exercício de 2015 no valor de R\$10.970 mil. Em conformidade com a Lei nº 6.404/76, artigo 189, o lucro apurado será integralmente utilizado na amortização parcial dos prejuízos acumulados.

## **17. Pessoal e encargos sociais**

<b>Descrição</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Honorários da diretoria	3.320	3.469
Honorários dos conselhos de administração e fiscal	634	652
Salários de empregados	10.042	6.332
Encargos sociais	4.524	3.269

Benefícios	221	92
Férias	1.714	1.447
13º salário	1.527	636
<b>Total</b>	<b>21.982</b>	<b>15.897</b>

### 18. Serviços de terceiros

Descrição	2015	2014
Viagens e hospedagens	551	307
Despesas de funcionamento	1.806	2.362
Apoio técnico e administrativo	682	273
Cessão ou requisição de pessoal	1.350	815
Cursos, seminários e convenções	65	52
Contabilidade e auditoria	240	168
Serviços gerais	-	142
Serviços advocatícios	673	-
Outros serviços	347	123
<b>Total</b>	<b>5.714</b>	<b>4.242</b>

### 19. Resultado financeiro líquido

Descrição	2015	2014
Renda de aplicações financeiras	2.383	903
Despesas financeiras	-42	-63
<b>Total</b>	<b>2.341</b>	<b>840</b>

### 20. Despesa com provisões de IRPJ e CSLL

A PPSA optou no ano base 2015 pela tributação pelo lucro presumido, da mesma forma que em 2014. O lucro presumido é uma forma de tributação simplificada para determinação da base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL das pessoas jurídicas que não estiverem obrigadas, no ano-calendário, à apuração do lucro real.

*A base de cálculo do lucro presumido aplicável à Empresa para o IRPJ e CSLL é de 32% sobre a receita operacional bruta somadas às receitas financeiras, utilizando-se as alíquotas de 25% e 9%, respectivamente.*

<b>Descrição</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Imposto de renda pessoa jurídica	4.582	202
Contribuição social sobre o lucro líquido	1.658	81
<b>Total</b>	<b>6.240</b>	<b>283</b>

Oswaldo Antunes Pedrosa Junior  
**Diretor-Presidente**

Renato Marcos Darros de Matos  
**Diretor de Gestão de Contratos**

Edson Yoshihito Nakagawa  
**Diretor Técnico e de Fiscalização**

Antônio Cláudio Pereira da Silva  
**Diretor de Administração, Controle e Finanças**

Mauro Braz Rocha  
**Gerente de Controle Contábil e Finanças**

Paulo Roberto Queiroz de Albuquerque  
Contador b - CRC RJ 023.013/O-1  
**Pré-Sal Petróleo S.A. – PPSA**

Irineu dos Santos  
Contador - CRC/1SP 257251/O-0"S"RJ  
**Mazars Cabrera Consultoria Contábil e Tributária Sociedade Simples Ltda.**